



Bastonário escreveu ao FMI, CE e BCE a denunciar governo por causa dos officiosos

Lusa,

29.09.2011

Marinho Pinto desafiou a ministra a dizer a quem pagou os 17 milhões de euros Marinho Pinto desafiou a ministra a dizer a quem pagou os 17 milhões de euros.



O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, disse hoje que já escreveu ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e

ao Banco Central Europeu a denunciar o comportamento do governo português em relação aos advogados officiosos.

“A Ordem dos Advogados já escreveu ao Fundo Monetário Internacional denunciando o comportamento do governo



português, já escreveu ao presidente da Comissão Europeia, denunciando esse comportamento, já escreveu ao presidente do Banco Central Europeu e já escreveu à comissária Europeia da Justiça sobre estas questões”, afirmou Marinho Pinto.

Segundo a Ordem, o Estado deve perto de 30 milhões de euros aos advogados oficiosos, desde o início do ano. Em Julho, Ministério da Justiça anunciou ter detectado irregularidades que alteram o valor a pagar aos advogados oficiosos e iniciou por isso, em colaboração com a Ordem dos Advogados, uma auditoria ao sistema de apoio judiciário.

O bastonário falava hoje aos jornalistas em Díli, Timor-Leste, onde se encontra numa viagem de trabalho a convite do governo timorense, no final de uma palestra na Universidade Nacional com alunos do curso de Direito.

“Em breve tenciono iniciar uma viagem por alguns países justamente para denunciar a ignomínia da perseguição que o actual governo está a mover à advocacia portuguesa. Estamos a desencadear mecanismos de solidariedade entre associações de advogados em todas as partes do mundo”, afirmou.



Para Marinho Pinto, a “hostilidade do actual governo contra a advocacia, sobretudo contra o segmento mais frágil da advocacia portuguesa que presta um serviço inestimável ao Estado de Direito e à cidadania, permitindo que os cidadãos mais pobres possam aceder à justiça, deve-se denunciar em toda a parte do mundo, porque é um mau exemplo que não deve ser seguido por nenhum governo”.

Para o bastonário da Ordem dos Advogados, o “governo está a cometer um crime de lesa-majestade contra os direitos dos cidadãos mais pobres, porque está a diabolizar os advogados portugueses”.

“O Ministério da Justiça em Portugal está a lançar uma campanha de descredibilização dos advogados que prestam apoio judiciário inimaginável e isto é inadmissível”, salientou.

Marinho Pinto disse também que “o que se está a passar é um ajuste de contas vergonhoso entre uma tendência da advocacia portuguesa e a tendência maioritária que está representada nos órgãos legitimamente eleitos para a ordem dos advogados”.

O bastonário desafiou ainda a ministra da Justiça a esclarecer a quem pagou os 17 milhões de euros em apoio judiciário,



afirmando que o dinheiro não passou pelo sistema informático da Ordem.

“Se a ministra diz que pagou 17 milhões, que informe a Ordem a quem os pagou, porque não pagou nenhum dos 30 milhões em dívida através do sistema informático da ordem dos advogados”, disse Marinho Pinto à Lusa.

Segundo Marinho Pinto, se, a ministra da Justiça “já pagou esse dinheiro que diga a quem pagou, porque através da ordem eles têm de ser pagos num plano de igualdade”.

“Não sei a quem a ministra pagou, não sei quem é que foram os escolhidos, os premiados, com essa benevolência ministerial”, acrescentou.

A ministra da Justiça revelou na terça-feira que este Governo já pagou 17,7 milhões de euros em apoio judiciário, sublinhando que nunca disse que "deixaria de pagar" aos advogados oficiosos, que a 30 de Junho tinham a haver 40 milhões de euros.

Falando na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Paula Teixeira da Cruz precisou que, já durante o seu mandato,



de uma só vez foram pagos 16 milhões de euros e posteriormente 1,7 milhões de euros, vincando que "todos sabem que há problemas com o apoio judiciário".